

Lei de  
Acesso  
à Informação



MINISTÉRIO DA  
TRANSPARÊNCIA, FISCALIZAÇÃO E  
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO



## DADOS GERAIS SOBRE PEDIDOS E RESPOSTAS\*

|   |                                      |                  |
|---|--------------------------------------|------------------|
|    | Pedidos Recebidos:                   | 492.580 (100,0%) |
|    | Pedidos Respondidos:                 | 486.923 (98,85%) |
|    | Pedidos Atendidos, total ou parcial: | 366.880 (75,35%) |
|    | Pedidos Negados:                     | 42.600 (8,75%)   |
|    | Pedidos não Atendidos:               | 77.443 (15,90%)  |
|   | Omissão de Respostas:                | 1.865 (0,38%)    |
|  | Pedidos em tramitação no prazo:      | 3.792 (0,77%)    |
|  | Tempo Médio de Resposta              | 14 dias          |

\*Período: maio/2012 até 10/maio/2017



96%

dos pedidos  
foram feitos **via**  
**e-SIC**



318

**órgãos e entidades**  
do Poder Executivo  
Federal cadastrados  
no e-SIC



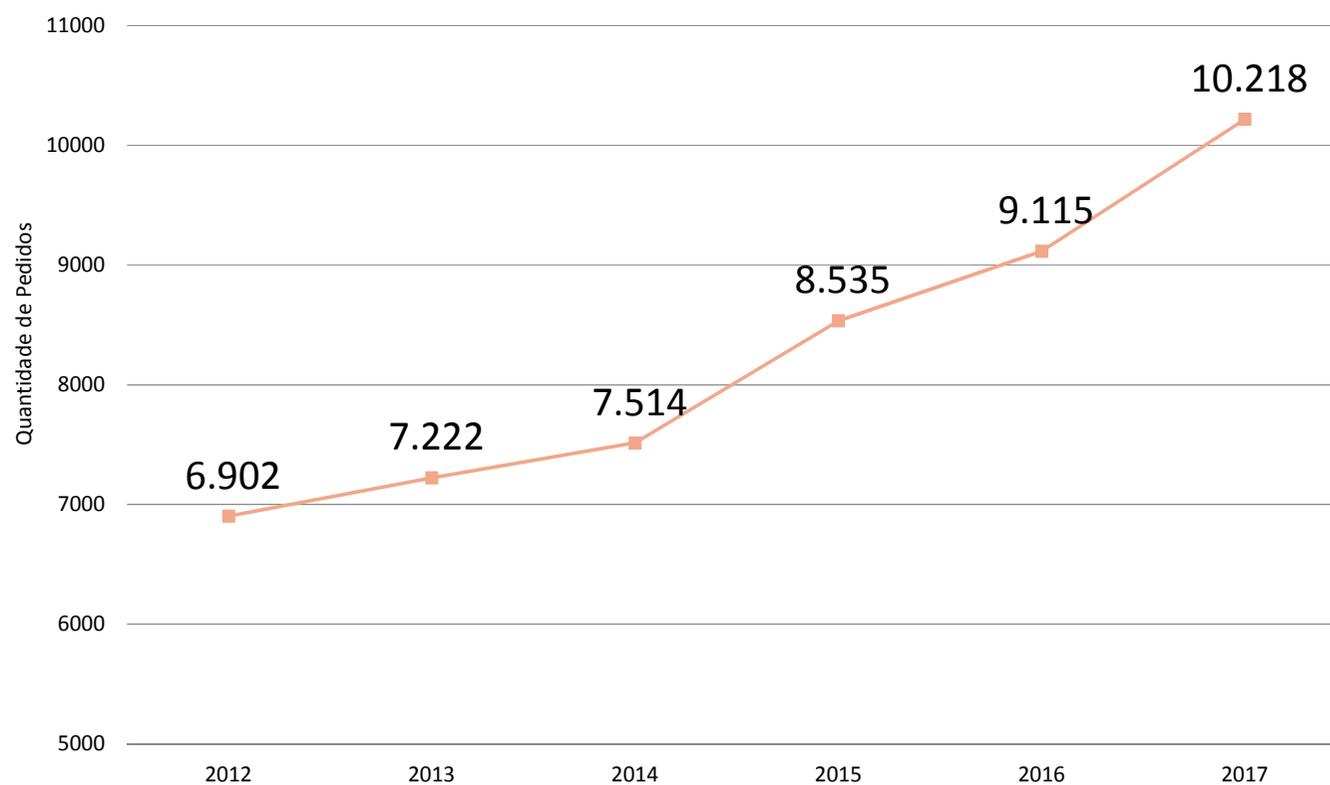
2901

**servidores** ativos do  
Poder Executivo  
Federal cadastrados  
no e-SIC

## Motivo das Negativas de Acesso



## Média mensal de Pedidos



## 10 ÓRGÃOS MAIS DEMANDADOS

|     | Órgãos                  | Pedidos | % do total de pedidos |
|-----|-------------------------|---------|-----------------------|
| 1°  | Min da Fazenda          | 31.872  | 6,60%                 |
| 2°  | INSS                    | 29.864  | 6,21%                 |
| 3°  | ANEEL                   | 20.166  | 4,20%                 |
| 4°  | Caixa Econômica Federal | 19.021  | 3,96%                 |
| 5°  | SUSEP                   | 18.385  | 3,83%                 |
| 6°  | BACEN                   | 13.385  | 2,78%                 |
| 7°  | Min. da Educação        | 13.053  | 2,71%                 |
| 8°  | Min. da Saúde           | 12.268  | 2,54%                 |
| 9°  | Min. do Trabalho        | 11.217  | 2,33%                 |
| 10° | INEP                    | 10.552  | 2,20%                 |

# PERFIL DOS SOLICITANTES



248 mil solicitantes, distribuídos em

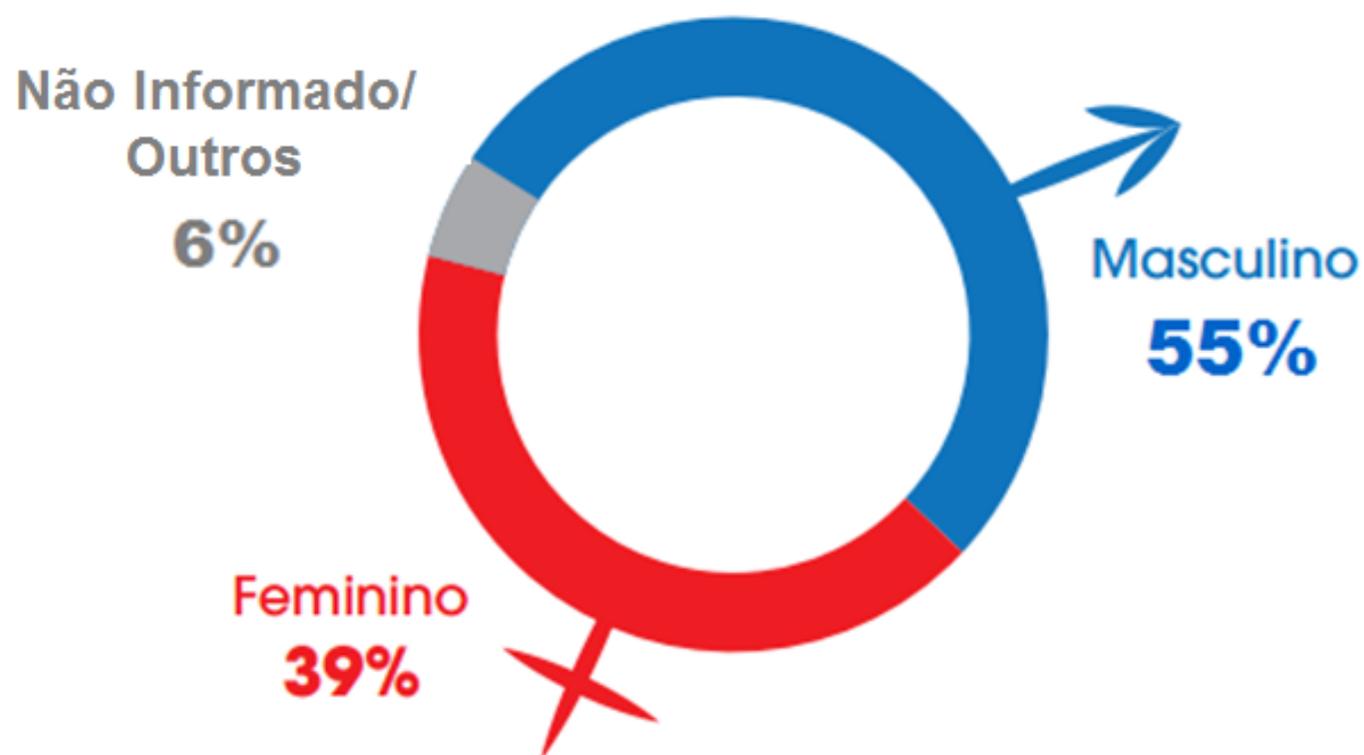


100% dos estados brasileiros

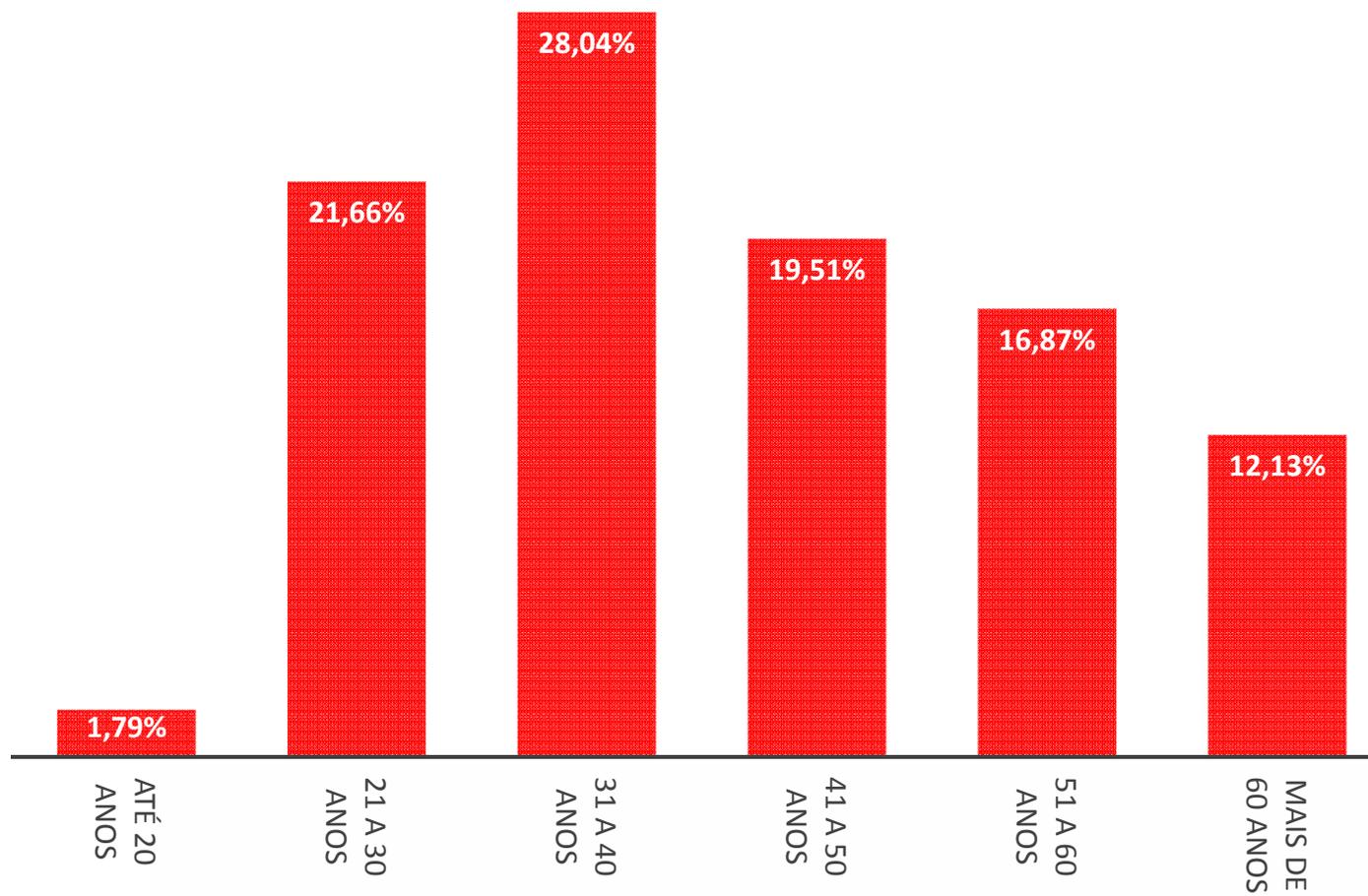


89% dos municípios

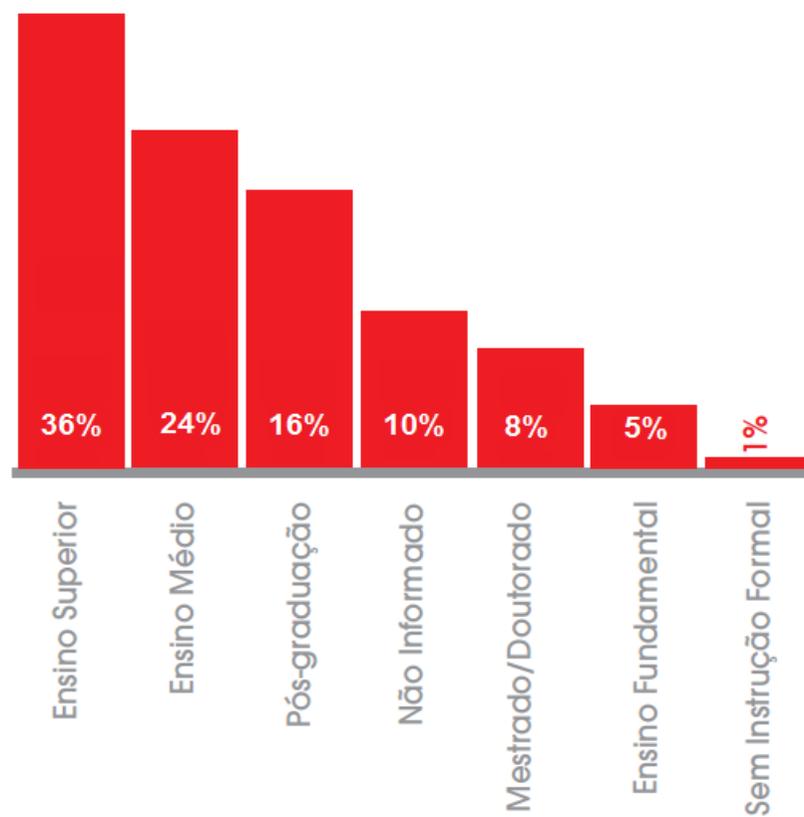
## GÊNERO



## FAIXA ETÁRIA DOS SOLICITANTES

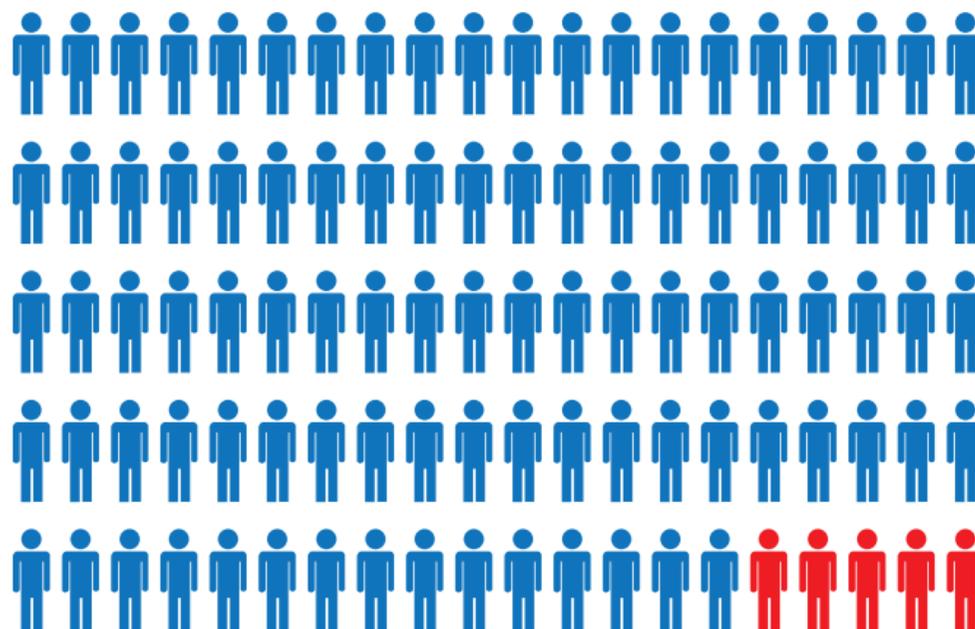


## ESCOLARIDADE



## PERFIL GERAL DO SOLICITANTE

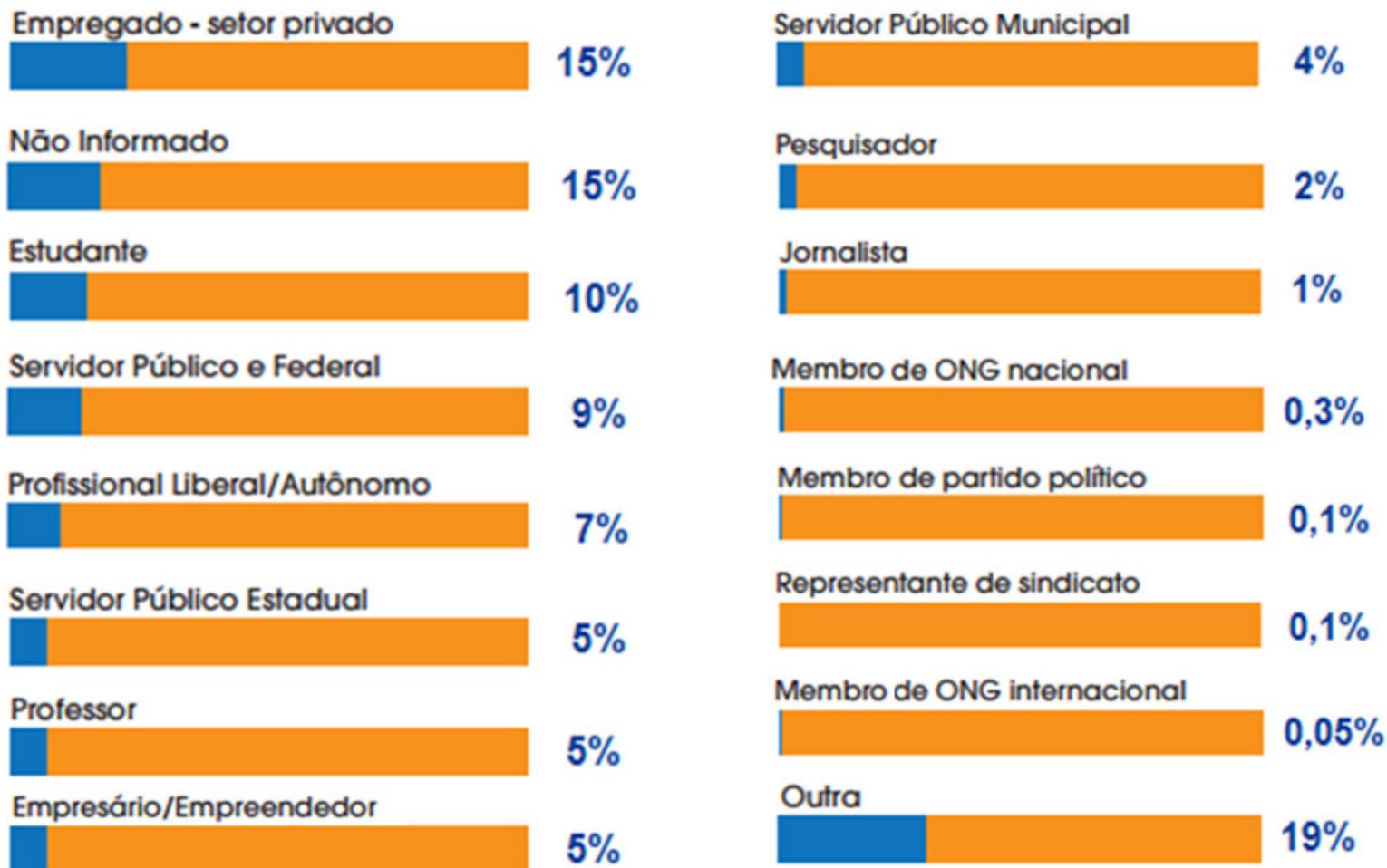
Tipo de pessoa



Pessoa física: 95%

Pessoa jurídica: 5%

## PROFISSÃO DO SOLICITANTE



# IMPACTOS DA LAI NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Valor.com.br ValorInveste Valor RI

**Valor** ECONÔMICO 

Home Brasil Política Finanças Empresas Agronegócios Internacional Opinião

Macroeconomia Setor Externo Infraestrutura Mosaico Orçamentário

27/06/2012 às 19h59

## Portal da Transparência libera consulta a salários de servidores

Por Yvna Sousa | Valor 

**BRASÍLIA** - O "Portal da Transparência" passou a publicar nesta quarta-feira os salários dos servidores do Executivo federal. A publicidade da remuneração de funcionários públicos foi determinada pela presidente Dilma Rousseff por meio de decreto de regulamentação da Lei de Acesso à Informação, editado em 16 de maio. A nova legislação tem como objetivo ampliar o acesso da população a informações

## LEI DA TRANSPARÊNCIA

Depois que a população começou a consultar os salários disponíveis na internet, CGU iniciou investigação contra servidores por suspeita de enriquecimento ilícito

# Auditoria aberta após

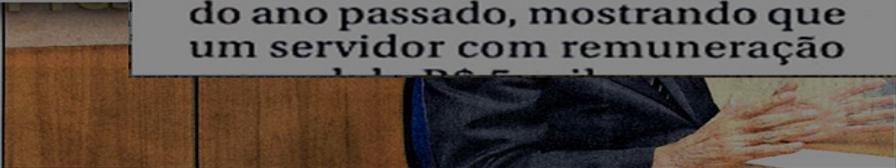
# primeira denúncia

» LEI

**A** auditoria começou porque os técnicos da CGU não encontraram fortes indícios no material entregue, que incluía a cópia da tela do Portal da Transparência mostrando o salário de cada um deles. Apesar de os dados não serem suficientes para provar que, de fato, houve crescimento patrimonial indevido, o objetivo da auditoria é ampliar a investigação. Os integrantes do órgão estão fazendo uma devassa na documentação dos processos licitatórios realizados pela unidade da UFRJ. Havendo material, a Con-

... área de licitações da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

**A denúncia de que os funcionários levavam uma vida incompatível com o salário pago pelo governo foi feita a partir da divulgação dos salários na internet — determinação imposta pela Lei de Acesso à Informação. O Correio revelou a história em novembro do ano passado, mostrando que um servidor com remuneração**



Em dezembro, Hage decidiu pela demissão de um professor da UFRJ que contratou a própria empresa

### » Como denunciar

» A reclamação pode ser anônima. É necessário somente a descrição mínima dos fatos que indicam o enriquecimento ilícito do servidor.

### OS CASOS

Confira quanto ganhavam os servidores



**Tereza Cruvinel**  
terezacruvinel.df@dabr.com.br

## Passado e verdade

**N**o tempo da ditadura, em dias como o de hoje, os comandos militares festejavam o aniversário do golpe que chamavam de Revolução Redentora de 1964 e emitiam uma Ordem do Dia. Os que estavam do outro lado faziam verdadeira exegese do texto, como quem busca no oráculo resposta para a angústia crucial: os sinais são de retrocesso e endurecimento ou de alguma luz no túnel escuro? Mesmo na democracia a Ordem do Dia continuou sendo emitida para saudar, em linguagem enviesada e cada vez mais tímida, o aniversário do golpe. Pela primeira vez este ano, por ordem da presidente e do ministro da Defesa, não foi divulgada. Os clubes militares, entretanto, divulgaram nota assinada por seus dirigentes da reserva, atacando os dirigentes da Comissão da Verdade, que chamaram de "totalitários". Sabe-se, por outro lado, que a presidente Dilma está insatisfeita com os resultados tímidos dos trabalhos silenciosos da comissão.

A nota dos clubes militares é afronta a uma comissão criada por lei para inventariar os crimes e as violações ocorridas durante a ditadura, embora não tenha qualquer poder jurídico para denunciar ou punir. "Não venham, agora, os democratas arrivistas, arautos da mentira, pretender dar lições de democracia. Disfarçados de democratas, continuam a ser os totalitários de sempre", diz a nota. Mas seus signatários são da reserva e os clubes são instituições privadas, não havendo o que a presidente possa fazer. A democracia garante a liberdade de expressão até mesmo aos que a violaram.

Já em relação à Comissão da Verdade, Dilma tem razão, mas tem responsabilidade pelo que está ocorrendo. Ao instituir a Comissão, no ano passado, ela supriu um vazio incompreensível. A ditadura no Brasil não foi um fato isolado na América Latina. No mundo em duas cores da Guerra Fria, em quase todo o subcontinente a ordem constitucional foi rompida e deu lugar a regimes militares autoritários, que suprimiram as garantias e liberdades, perseguiram, prenderam, mataram e desapareceram com os que resistiram. Passadas duas décadas das transições, que foram quase simultâneas, só o Brasil não havia instituído uma Comissão da Verdade, ao contrário do que já ocorreu na Argentina, Chile, Uruguai, Paraguai, Peru, El Salvador e tantos outros. Foi o que disse o próprio representante da ONU, na solenidade de instalação da Comissão, no ano passado, para a qual Dilma teve a delicadeza republicana de chamar todos os ex-presidentes do Brasil democrático.

A sua queixa agora é a mesma das famílias das



BOLSA-FRAUDE

## ESTUDANTE DETECTOU SOZINHA DESVIO MILIONÁRIO DE BOLSAS QUE A UFPR NÃO VIU

Débora Sögur Hous desconfiou quando a própria bolsa de estudo atrasou. Sem sair de casa, consultando dados públicos, descobriu que cabeleireira, taxista e artesã recebiam dinheiro de pesquisa

Esta história é sobre o poder de um olhar atento – e também sobre a importância dos portais de transparência, que forçam a publicação de informações que muitos gestores gostariam de manter escondidas. Um exemplo bem marcante foi a divulgação de um desvio de R\$ 7,3 milhões – dinheiro que deveria servir para custear pesquisadores da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e que levou 29 pessoas para a prisão. As informações que revelavam a irregularidade estavam disponíveis na internet, ao alcance de quem tivesse o interesse e a curiosidade para seguir uma trilha de pistas. Ao ponto de o descuido levar a Polícia Federal (PF) e o Tribunal de Contas da União (TCU) a criticar a falta de cuidado da universidade, considerando “ilegalidades grosseiras” o desvio das bolsas.

Débora Sögur Hous, estudante de Jornalismo da UFPR de 25 anos, começou a consultar o [Portal da Transparência](#) do governo federal por um motivo pessoal: bolsista, ela recorria ao site todos os meses para saber se os valores haviam sido depositados. Aos poucos, ela foi entendendo a lógica de publicação das informações e passou a perceber pontos fora da curva, ou seja, dados que escapavam do padrão. Eram depósitos de valores bem acima da média, feitos em ordens bancárias a um pequeno grupo de pessoas (enquanto os demais casos somavam centenas de destinatários na mesma autorização de pagamento).

As primeiras suspeitas surgiram em 2014, mas Débora ainda não conseguia sistematizar as informações. Foi aí que ela buscou se especializar: fez dois cursos da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji) e outros dois da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), além de uma oficina com o coletivo de jornalistas [Livre.jor](#), parceiros da Gazeta do Povo. Com o que aprendeu, conseguiu montar toda a rede de pagamentos suspeitos. Além do próprio Portal de Transparência, Débora usou o Google e o Facebook para saber quem eram os supostos bolsistas. Assim, sem sair de casa, consultando dados públicos, ela descobriu que uma cabeleireira, um taxista e uma

artesã, por exemplo, estavam na lista dos beneficiados pelas bolsas de de pesquisa de mais altos valores na universidade.

16/09/2013 - 03h15

## Secretário do governo de SP se reuniu 73 vezes com grupos citados em cartel

PAULO GAMA  
DE SÃO PAULO

 Recomendar   +1   Ouvir o texto

Os encontros estão registrados na agenda de audiências concedidas por Jurandir Fernandes (PSDB) entre janeiro de 2011 e agosto de 2013, encaminhada à Folha via Lei de Acesso à Informação.

pasta.

Dos 15 executivos dessas empresas que foram apontados pela multinacional alemã como "envolvidos na infração" relatada, seis tiveram audiências com o secretário nos últimos dois anos e meio.

['A gente vende o peixe para que as empresas venham', diz secretário sobre encontros](#)

Os encontros estão registrados na agenda de audiências concedidas por Jurandir Fernandes (PSDB) entre janeiro de 2011 e agosto de 2013, encaminhada à Folha via Lei de Acesso à Informação.



**BANCO CENTRAL DO BRASIL**

Busca:



Busca avançada

*Missão: Assegurar a estabilidade do poder de compra da moeda e um sistema financeiro sólido e eficiente.*

[Acesso à  
Informação do  
BCB](#)

[Sistema de Metas  
para a Inflação](#)

[Economia e  
finanças](#)

[Câmbio e  
Capitais  
Internacionais](#)

[Sistema de  
Pagamentos  
Brasileiro](#)

[Sistema  
Financeiro  
Nacional](#)

[Supervisão do  
SFN](#)

[Intervenções,  
liquidações e  
privatizações](#)

[Início](#) » [Sistema de Metas para a Inflação](#) » [Copom](#) » [Comunicados das decisões](#) » [Nota à Imprensa - 186ª. Reunião](#)

## Nota à Imprensa - 186ª. Reunião

"O Copom decidiu elevar a taxa Selic para 11,25% a.a., sem viés, por cinco votos a favor e três votos pela manutenção da taxa Selic em 11,00% a.a.

Para o Comitê, desde sua última reunião, entre outros fatores, a intensificação dos ajustes de preços relativos na economia tornou o balanço de riscos para a inflação menos favorável. À vista disso, o Comitê considerou oportuno ajustar as condições monetárias de modo a garantir, a um custo menor, a prevalência de um cenário mais benigno para a inflação em 2015 e 2016.

Votaram pela elevação da taxa Selic para 11,25% a.a. os seguintes membros do Comitê: Alexandre Antonio Tombini (Presidente), Aldo Luiz Mendes, Anthero de Moraes Meirelles, Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo e Sidnei Corrêa Marques. Votaram pela manutenção da taxa Selic em 11,00% a.a. os seguintes membros do Comitê: Altamir Lopes, Luiz Awazu Pereira da Silva e Luiz Edson Feltrim."

# DESAFIOS

## Homogeneidade da LAI em todas as esferas e poderes

Transparência

### CNJ publica resolução que regulamenta lei de acesso à informação

Normativo dispõe sobre transparência ativa, passiva e procedimento de acesso, entre outros.

sexta-feira, 22 de janeiro de 2016

## Menos de 10% de municípios avaliados cumprem Lei de Acesso, diz CGU

AGUIRRE TALENTO  
DE BRASÍLIA

### Organizações querem avanço mais rápido na aplicação da Lei de Acesso à Informação

Na sequência, Joara Marchezini, da Artigo 19, falou sobre o "Relatório de Monitoramento da LAI", que analisou a transparência ativa e passiva em 51 órgãos federais. "Dos três poderes, o Judiciário foi o mais difícil para se obter respostas", comparou.

## Responsabilização

### MAIS 10 PREFEITOS MULTADOS PELO TCE POR DESCUMPRIMENTO À LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO

**Principal** ▶ BELÉM: MPPA fecha o cerco contra prefeitos que não cumprem Lei de Acesso a Informação

Em seguida, o pesquisador Jorge Machado, do Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas para o Acesso à Informação (GPopai), da Universidade Federal do Rio de Janeiro, apresentou o Estudo sobre Desafios da Transparência no Sistema de Justiça Brasileira, que aborda a transparência passiva e ativa nas instâncias do Poder Judiciário. "A Justiça está aquém do Executivo, nessa área da transparência", relatou.

Ele explicou que o estudo é resultado de uma parceria entre o GPopai-USP, a Eaesp-FGV e a CNJ do Artigo 19.

Outro ponto mencionado pelo pesquisador foi a falta de punição para quem não cumpre a Lei de Acesso à Informação. "Fizemos um pedido à Controladoria-Geral da União perguntando quantas punições foram aplicadas para quem não cumpriu a LAI", relatou ele, para em seguida comentar que, nos últimos cinco anos, ninguém foi punido por descumprir a lei.

Machado, porém, concorda que houve avanços. "Temos uma lei a nosso favor e temos que usá-la", argumentou.

Bruno Videira, do Instituto Ethos, fez uma breve explanação sobre o projeto Jogos Limpas Dentro e Fora dos Estádios. "O projeto inclui uma ferramenta que permite a medição da transparência da administração pública por meio de 90 indicadores", destacou. Ele informou que a segunda avaliação da transparência dos governos estaduais, onde ocorrerão jogos da Copa do Mundo de Futebol, será lançada nos dias 21 e 22 deste mês, no Rio de Janeiro.

Na sequência, Joara Marchezini, da Artigo 19, falou sobre o "Relatório de Monitoramento da LAI", que analisou a transparência ativa e passiva em 51 órgãos federais. "Dos três poderes, o Judiciário foi o mais difícil para se obter respostas", comparou.

Entre as conclusões e recomendações do documento para que a LAI seja mais efetiva estão a capacitação dos servidores, o controle de qualidade das respostas e a aplicação das sanções previstas na lei.

... "outro ponto mencionado pelo pesquisador foi a falta de punição para quem não cumpre a Lei de Acesso à Informação"

## Mudança de cultura em relação aos Dados Abertos

### É preciso promover a cultura dos dados abertos, diz pesquisadora

POR [FÁBIO VASCONCELLOS](#) 01/12/2014 14:33

A união entre internet, leis de acesso à informação e a cultura de governo abertos têm mobilizado cidadãos, instituições de ensino e jornalistas em todo mundo interessados na extração e análise de grande volume de dados para acompanhar de perto o desempenho da administração pública em nível local e federal. Mas essa ainda é uma tarefa que enfrenta alguns desafios.

### Fazenda disponibiliza Plano de Dados Abertos (PDA)

[Política de Dados Abertos](#)

Até 10 de novembro serão publicados dados abertos do Siafi e informações sobre quadro societário das empresas

### Confira os detalhes da Política Nacional de Dados Abertos

[Dados Abertos](#)

O Decreto nº 8777/2016, publicado no mês de maio, estabelece regras para disponibilização de dados abertos no âmbito do Poder Executivo Federal.

por

Publicado: 27/01/2016 13h26

Última modificação: 16/05/2016 16h58



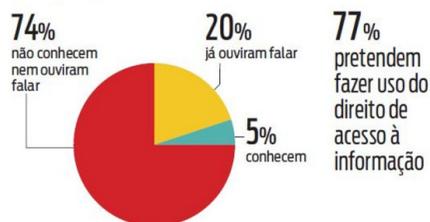
abril 27, 2017, by [Elza Maria Albuquerque](#)



## Difusão/Promoção da LAI

### LEI DO QUÊ?

Apenas 1 em cada 20 curitibanos sabe o que é a Lei de Acesso à Informação. Conheça mais sobre a pesquisa:



Rádio Estadão

@radioestadao

Seguir

População desconhece Lei de Acesso à Informação que dá transparência aos gastos públicos [radio.estadao.com.br/audios/audio.p](http://radio.estadao.com.br/audios/audio.p)

### NOTÍCIAS / POLÍTICA

## Cidadão desconhece Lei de Acesso à Informação, dizem órgãos públicos

Muitos pedidos de informações não são com base na lei, segundo levantamento junto aos órgãos

### NOTÍCIAS

## 74 % da população desconhecem existência da lei de acesso à informação

Com mais de cinco anos da aprovação da lei que regula o direito de acesso à informação Pública (18.381), três de cada quatro uruguaio desconhecem a existência da norma, que obriga o Estado a fornecer informações no caso em que o cidadão/ã as solicite.





Instância recursal  
em acesso à  
informação

PROCESSO  
ADMINISTRATIVO  
DE ACESSO  
À INFORMAÇÃO



Instância recursal do  
Poder Executivo federal e  
instrução de recursos à  
CMRI



**492.580**

*pedidos de acesso  
recebidos, e 486.923  
já respondidos*



**14**

*dias é o tempo médio  
de resposta no âmbito do  
Poder Executivo federal*



**6.281**

*Recursos à CGU*



**1.980**

*Recursos à CMRI*

# Mediação e acesso à Informação

A CGU conhece a maioria dos recursos interpostos, sendo que, deste universo, em 58% dos casos ela garante a entrega da informação solicitada.



**6.281** Recursos à CGU



## DECISÕES DE MÉRITO



# Disseminação de conhecimento



# Gestão da Informação

Por meio do instrumento web de busca de precedentes, a CGU dá transparência aos seus processos de análise. Com a ajuda da tecnologia, os Auditores definem e evoluem opiniões técnicas e especializam-se em temas concretos.

Painel de análise de casos para seleção de opiniões técnicas

## Busca de decisões da CGU e da CMRI

Busque aqui as decisões do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União (CGU), que assumiu, em 12 de maio de 2016, as atribuições da Controladoria-Geral da União, e da Comissão Mista de Reavaliação de Informações (CMRI) relativas aos recursos apresentados a essas instâncias no âmbito da Lei de Acesso à Informação. Para consultar decisões relativas a apenas uma das instâncias, selecione a opção desejada no filtro localizado abaixo do campo de pesquisa.



Órgão:

Tipo de Decisão:

Instância:

Busca Avançada

Buscar

Busca de precedentes

Transparência  
passiva no âmbito do  
Poder Executivo  
Federal  
CASOS EMBLEMÁTICOS



Contribuições  
Sindicais



Sigilo fiscal do  
trabalhador

Risco de  
violação de  
sigilo  
comercial do  
empregador



Sigilo  
bancário  
da CAIXA  
como  
instituição  
financeira  
gestora  
das contas  
correntes



Informações  
monitoradas  
pelo MTE, que  
tem obrigações  
de transparência



Publicação das  
informações de  
contribuições  
sindicais  
agregadas por  
sindicato  
publicadas em  
TA



## Transparência passiva no âmbito do Poder Executivo Federal CASOS EMBLEMÁTICOS



Graves violações  
de Direitos  
Humanos durante  
a Ditadura Militar



Militar acumulou conjunto documental proveniente do CENIMAR, que continha informações acerca de violações de direitos humanos feitas por agentes do Estado Brasileiro.



Em 2012, o proprietário dos documentos os entregou à UFMG, que iniciou processo de análise dos dados



Em instância recursal, a instituição comprometeu-se à publicação das informações em transparência ativa, com fundamento no direito à memória

A instituição negou os pedidos de acesso formulados, sob o argumento de que

1. Tratava-se de informação pessoal;
2. Tratava-se de documento preparatório, ainda em análise.

Boletim de Notícias ConJur: cadastre-se e receba gratuitamente.



Capa Seções Colunistas Blogs Anuários Anuncie Apoio Cultural

Livraria Mais vendidos Boletim Jurídico Cursos Busca de livros

TRANSPARÊNCIA FINANCEIRA

## CGU determina publicação de dados sobre contribuição sindical

24 de julho de 2015, 19h54

[Imprimir](#) [Enviar](#) [Facebook](#) [Google+](#) [Twitter](#) [LinkedIn](#)

As informações relativas à contribuição sindical obrigatória recolhida para sindicatos patronais e de trabalhadores deverão ser divulgadas em até 30 dias pelo Ministério do Trabalho e Emprego. A determinação, baseada na Lei 5.452/1943 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), foi feita pela Controladoria-Geral da União.

Segundo a CGU, a contribuição sindical é tributo federal e sua movimentação financeira, assim como qualquer tributo, ocorre por meio de contas mantidas junto às instituições bancárias, sem que isso implique necessariamente em sigilo bancário ou fiscal.

O caso começou depois que um pedido sobre o total da receita anual

Navegue por editoria

TAMANHO DA LETRA | COMUNICAR ERROS | IMPRIMIR | LINK | COMPARTILHAR

PRÓXIMO TEXTO

## Corinthians tem de pagar R\$ 3,1 mi se jogador esconder logo da Caixa

**FOLHA TRANSPARÊNCIA**

*Contrato prevê rescisão caso atletas deem declarações negativas sobre banco*

FILIPE COUTINHO  
DE BRASÍLIA

Se um jogador do Corinthians fizer um gol e resolver cobrir o rosto com a camisa durante a comemoração, o cartão amarelo será a menor das preocupações do clube.

O clube poderá ser alvo de uma multa de R\$ 3,1 milhões, caso a Caixa Econômica,

principal patrocinadora do time, entenda que o ato impede a exposição de sua marca. [Leia mais](#)

Advocacia de alta complexidade na região norte

LEIA TAMBÉM

QUARTA-FEIRA, 27 DE MARÇO DE 2013

Edição São Paulo | Edição Nacional

EXPERIMENTE A VERSÃO DIGITAL SÓ PARA ASSINANTES DA FOLHA



# Cai sigilo de carta de Mário de Andrade para Manuel Bandeira

Missiva do modernista para Manuel Bandeira, mantida inacessível a pedido da família do segundo, deve se tornar pública a partir desta quinta-feira. Decisão foi tomada com base na Lei de Acesso à Informação

por e [Estado de Minas](#)

17/06/2015 08:30

 FACEBOOK

 GOOGLE+

 TWITTER

 0 COMENTÁRIOS

T+

T-



Obrigada

*cguouvidor@cgu.gov.br*  
*+55 61 2020 6782*

